

Sarney até 90

328 constituintes dão o mandato de 5 anos a Sarney

Retórica

"Isso não pode. Chama a polícia" (do deputado Ulysses Guimarães, quando quatroanistas estenderam diante da mesa da Constituinte uma faixa que dizia que os cinco anos para Sarney são uma "traição")

"Todo mundo sabe disso. O senhor quer ajudar os cinco anos" (do ex-peemedebista Ziza Valadares a Ulysses Guimarães)

"Não faço jogo de ninguém. Só faço o jogo do regimento" (resposta de Ulysses)

"Acabou a moeda de troca" (do deputado Ulysses Guimarães após a aprovação)

"Nós não tínhamos idéia de como 1988 estava perto" (do líder do PT, Lula, com saudades da emenda proposta em 1984 pelo então presidente João Baptista Figueiredo que previa diretas em 1988)

"Pode, pode dizer tudo para todo mundo" (do peemedebista Mário Covas a um correligionário que perguntou se poderia divulgar o novo partido)

"Atirei numa codorna e acertei um elefante" (do deputado Basílio Villani, tesoureiro do Centrão, cuja emenda foi cavalgada pela do deputado Matheus Iensen, para chegar ao texto de fusão dos cinco anos)

"Você vai para o inferno se votar cinco anos" (do deputado petista José Genoino ao deputado evangélico do PMDB-GO Antônio de Jesus)

"Já leu o meu livro?" (do sociólogo Gilberto Vasconcelos, que peregrinou pelo Congresso com exemplares de seu recém-lançado "O Xará de Apipucos")

"Factus consumatus est" (do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso)

"Arrependi-vos e convertei-vos" (do líder pedetista Brandão Monteiro, contra a emenda do deputado evangélico Matheus Iensen)

"Esperteza quando é muita fica grande e engole o dono" (do assessor do Planalto Henrique Hargreaves, depois que as questões regimentais do líder Mário Covas levaram o Centrão a apresentar uma fusão de emendas que deu a Sarney 74 dias a mais de mandato do que estava previsto na emenda Iensen)



Paulo Afonso (3º da dir. para a esq.) e outros integrantes da mesa arrancam faixa dos quatroanistas; Ulysses disse: "isto não pode, chama a polícia"

Governistas fazem romaria até o Planalto

BOB FERNANDES
Do Sucursal de Brasília

Haveria uísque no Palácio do Planalto? A dúvida, levantada pelo deputado Lael Varella (PFL-MG) tomou conta do gabinete do líder do PFL, José Lourenço. 20 minutos depois da votação. Lourenço havia convocado seus pares: "Agora, vamos ao uísque do presidente." Às 19h, em comitiva com o líder à frente, dez pefelistas, a pé, deixaram o Congresso atravessando a rua para começar a festa no Palácio do Planalto.

Deram de cara com a deputada Sadie Hauache (PFL-AM) que, caso de visão preto nos ombros, com o termômetro nos 18 graus, repetia: "Eu abracei o presidente, eu abracei o presidente." Orlando Bezerar, como Varella, exprimiu em voz alta a preocupação que carregava: "Mas será que tem uísque no Palácio?" Varella sugeriu: "Acho melhor ir para o Alvorada." Lourenço piscou para um repórter, e encerrou o assunto: "Não se preocupem, no Palácio tem uísque."

Pouco antes, diante dos jornalistas, também souberam dar o ansiado recado: "O governo, agora, tem sua maioria e não pode mais ficar governando com a minoria, com a oposição. Esta, deve sair." Ele não citou quem personifica no governo a oposição. Em seu gabinete contava antes: "No casamento da filha do Funaro (anteontem), de repente dei de cara com o Archer (Renato Archer, ministro da Previdência). Estufe o peito, fui em frente e perguntei: 'Como vai ministro?'"

Esta mesma pergunta fez o deputado José Genoino (PT-SP) ao ministro da Justiça, Paulo Brossard,

que nem a ouviu, dentro do plenário e seguiu em frente carregando o livro "A Solução é o Rei", do monarquista Cunha Bueno (PDS-SP). Genoino observou: "Que coisa mais inconveniente ele vir ao plenário num dia em que o governo joga pesado como hoje." No jogo, valeu tudo.

Se na véspera o QG cincoanista agiu a partir do gabinete do líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), ontem, transferiu-se para a sala de Lourenço.

Ali, entre 10 e 12h, decidiu-se a estratégia que Sant'Anna articulava no plenário. A junção das emendas Matheus Iensen, Basílio Villani e Bonifácio de Andrada era a saída do impasse. Por serem aditivas, haveria reação dos quatroanistas, tentou dizer o secretário-geral da mesa, Paulo Afonso, sendo enquadrado pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), o principal e mais discreto dos articuladores do Centrão sem liderança formal.

"Eu sorri"

"Não vou com essa sede ao pote. Com calma eu vou depois dar um abraço ao presidente", disse Fiúza às 19h30, ao ser informado da romaria que aumentava na rota Congresso-Palácio. "Não sou vulgar", respondeu Fiúza quando indagado porque não "ia logo".

Bebendo com amigos, o líder do Centrão chegou em casa às 4h30 da madrugada, depois de oito doses de Johnny Walker, black, 12 anos.

"Estou morto, eu morri, eu morri",

respondeu quando, a empregada Maronita bateu na porta de seu quarto para acordá-lo.

Aquela hora, também mal-dormido, mas por outros fatores, estava um cincoanista que não comemorou e nem desejou a vitória. Mauro Campos (dissidente do PMDB-MG, a caminho do novo partido). Integrante do PCB dos 17 aos 30 anos e ligado sentimentalmente ao partido mesmo depois de entrar no MDB, Campos consultou o amigo Roberto Freire (PCB-PE) sobre a decisão de votar os cinco anos. "Vá em frente, sua posição é muito difícil", disse-lhe Freire. Quatroanista, Campos, 47, recebeu nos últimos dias telefonemas do Gabinete Civil e do Ministério dos Transportes. Sobre sua fazenda, em Sossego (MG) próximo a Juiz de Fora, pesavam ameaças bancárias e, de fora e dentro de sua própria empresa de transportes marítimos vieram pressões pelos cinco anos: "Tenho a pressão das bases, porque não estou com Newton Cardoso em Minas e estão todos a pão e água. Foi demais", explicou Campos.

Acácio Neves da Cunha (PMDB-MG) outro cincoanista não tão esperado, dizia que "eleições neste ano não seriam uma boa solução". E garantia não precisar valer-se "de fisiologia. Meus amigos estão e continuarão no governo de qualquer forma, pois foram nomeados por Tancredo Neves e eu não preciso de nada".

Quatroanista até anteontem, o senador Aluisio Bezerra (PMDB), jura e o fez em discurso ontem no Senado, que não foi a promessa de ligar por estrada o seu Acre ao

Oceano Pacífico, via Peru, que o fez mudar para os cinco anos.

Estas adesões de última hora serviram apenas para aumentar os números de uma vitória comemorando na véspera. No "bolão" iniciado quarta-feira no gabinete do líder Sant'Anna, a aposta menor ficava em 314 votos. Venceu Lourenberg Nunes Rocha (PMDB-MT) ao cravar 328.

A votação correu riscos a partir das 14h, quando pelo Congresso espalhou-se que havia falecido o senador Virgílio Távora (PFL-CE), internado em São Paulo em estado grave. O bom-senso deixou este assunto de lado e a votação começou. Nilson Gibson (PMDB-PE), escalado, cumpriu à risca seu papel. Postou-se na tribuna, ao lado dos oradores cincoanistas e ficou a puxar palmas e gritos de "muito bem".

Falava Matheus Iensen, e Gibson, diante de uma platéia já exausta, entre uma alisada na barriga, uma arrumada na gravata e uma piscada para a bancada cincoanista, gritava "cinco, cinco". Encerrada a votação e iniciado o Hino Nacional, lá permanecia Gibson fazendo conta que entoava as estrofes e arrancando gargalhadas. As galerias, jogando moedas gritavam: "Traidor, traidor, aqui tem eleitor".

O mesmo grito ocupara as galerias e plenário do Congresso em abril de 1984, quando foi derrotada a emenda Dante de Oliveira, pelas diretas já. Daqueles tempos, 61 parlamentares que votaram contra as diretas são hoje constituintes. Votaram todos novamente contra as diretas.

Prevendo a derrota, Covas insiste na obstrução

MARCOS AUGUSTO GONÇALVES
Enviado especial do Brasília

Quando o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, determinou o intervalo de uma hora que dividiu em dois períodos a sessão plenária de ontem, o líder do PMDB, senador Mário Covas, deixou o recinto da Câmara e dirigiu-se ao restaurante do Senado. Eram 14h50. O principal responsável pela maratona de questões de ordem, consultas à mesa, discursos prolongados e toda a sorte de estratégias que retardaram a votação do voto pelos cinco anos, recebeu, então, um pequeno troco do destino: esperou mais de meia hora até conseguir a mesa onde degustaria um filé com aspargos e palmito, acompanhado por sua mulher, Lila, pelo governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, e por um amigo de infância. A conversa girou em torno do novo partido a ser formado pelo grupo dos chamados históricos do PMDB, que possivelmente contará com a participação do caçador de marajás — cujo talento para o marketing é equivalente ao de Covas para formar em torno de si uma corte de repórteres fás.

Mas a obstrução do restaurante, comparada à obstrução das votações, não foi nada — mesmo que Covas tivesse que ouvir, durante a espera, um pequeno sabão de sua mulher, por não ter feito a caminhada diária que os médicos lhe recomendaram. Aquela altura, o líder do PMDB não nutria a menor esperança de que a proposta de quatro anos para Sarney pudesse ser aprovada. Já no corredor de saída de seu atual partido, dedicou-se, nas sessões de ontem e de anteontem, a convocar sua tropa para azucrinar a votação. "A minoria só resta obstruir", comentava, irônico, o cincoanista Delfim Netto. Outros, mais cinema-

tográficos e irados, como Luis Freire, peemedebista e filho do ex-ministro Marcos Freire, urravam: "Covas está fazendo pirraça, tenho mais o que fazer". Mas não adiantou a lamentação. Em contraste com o tom grave da voz às vezes inaudível do senador, seus liderados continuaram na estridente tentativa de adiar um resultado que todos já conheciam.

Monarquista

O deputado Ulysses Guimarães também colaborou para o retardamento da decisão final. Marcou a sessão de ontem para às 9h30 e só apareceu no plenário às 11h40. Da mesma forma, no segundo período, sentou-se à mesa com 20 minutos de atraso. Mas foi aplaudido, o que provocou o comentário sarcástico do senador paulista: "O dr. Ulysses é ótimo. Marca uma hora, chega depois e ainda é aplaudido". E que Covas havia abandonado seu filé para chegar correndo à Câmara e recomeçar, já no primeiro minuto, a sua "operação padrão". E também porque uma das diversões de ontem do líder peemedebista foi fazer piadas com o sinuoso ex-senhor diretas. Quando havia se encaminhado ao restaurante, por exemplo, perguntara a um acompanhante se Ulysses seria o monarca a que se referia um manual monarquista ali distribuído, com o título de "A Solução é o Rei". O volume, aliás, preparado pelo deputado Cunha Bueno, trazia também na capa uma espécie de versão monarquista do "Back to the Future" de Spielberg: "A Restauração do Futuro".

Enquanto esperava o retorno de Ulysses, Covas encontrou-se com o ministro da Justiça, Paulo Brossard — sem chapéu. "Veio votar, ministro", perguntou, enquanto o abraçava efusivamente. "Não, eu

confio em vocês", respondeu Brossard do alto de sua cortesia populista e demagógica. Eram 17h quando Covas retomou a palavra. Novamente insistiu na tese de que a emenda que fixava o mandato de Sarney deveria ser apreciada ao final das disposições transitórias. Tratava-se, segundo ele, de uma emenda "aditiva" e não "substitutiva", distinção que quer dizer alguma coisa — uma é acrescentada ao texto, outra substitui parte do texto — mas que, no caso, não alteraria em nada as favas contadas pelo Centrão e, com mais cuidado ainda, pelo presidente Sarney.

O uso deste tipo de expediente, embora considerado "normal" pelos parlamentares (poucas coisas, aliás, são consideradas anormais na anormalidade que é uma sessão do Congresso constituinte), foi o signo mais evidente do melancólico declínio da tese dos quatro anos e também da liderança de Covas. Apesar de ocupar o posto de líder da maioria, o senador já revelava no discurso que preferiu anteontem o seu isolamento, falando explicitamente de um ponto de vista minoritário: "É fácil pedir democracia quando se é minoria, o difícil é respeitar a democracia quando se é maioria".

Absurdos

A desconfortável situação de um líder de minoria pouco restava além de adotar a estratégia de tentar dividir o Centrão para que o dispositivo do grupo relativo às Disposições Transitórias não obtivesse os 280 votos necessários. Covas adotou, para isto, a tática de levantar alguns dos absurdos mais notórios do texto da maioria — como, por exemplo, a equiparação salarial entre delegados e Ministério Público. Não teve sucesso, a não ser em um outro

aspecto, este um signo do respeito que ainda desfrutava entre seus pares: foi o único parlamentar que falou a um plenário absolutamente silencioso. Mas silêncio não dá votos.

Ontem, Covas preferiu evitar intervenções pessoais mais longas. Não quis participar dos tradicionais discursos de defesa que antecedem as votações. "Já falaria enfiado, não valeria a pena", explicou. Mas o fato de que os dois últimos parlamentares que se revezaram no apoio e no ataque à emenda dos cinco anos pertencessem a seu partido serviu ao senador como mais uma prova definitiva de que o PMDB, ao expressar tudo, não representa nada.

Terminada a votação, enterrada a proposta quatroanista, Covas saiu do plenário para ser encerrado por uma multidão de jornalistas, luzes, câmeras e perguntas. Deixou clara a sua disposição de sair do partido, mas continuou fazendo suspense sobre a data. Quando finalmente se desvinculou dos gravadores e microfones, dirigiu-se a seu gabinete. Não sem antes parar e brincar com o deputado Roberto Cardoso Alves — agora o alvo dos entrevistadores —, filiar um cigarro Plaza de uma jornalista e acenar para a turba das galerias, que o aguardava em um saguão.

Cumprimentado pelos perdedores, entrou finalmente em sua sala, onde era esperado por uma roda de deputados. Antes de fechar a porta, disse que talvez fosse jantar em algum restaurante. Talvez em casa. Do outro lado, os vitoriosos saltavam foguetes. "O senhor acha que o Covas é pé frio?", provocou o deputado Matheus Iensen. E o lustroso autor da emenda cincoanista respondeu, tomado pelo seu espírito evangélico: "Não, eu não vou dizer isso. Eu gosto de ouvir ele falar".

Da Sucursal de Brasília

Após sete horas e 50 minutos de tensão, o Congresso constituinte aprovou ontem, às 18h28, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Foram 328 votos a favor, 222 contra e três abstenções, num total de 553 votantes. Cinco constituintes estavam ausentes, mais o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que, embora presente, não votou. A liderança do PMDB e os partidos de esquerda tentaram adiar a decisão até o último instante, utilizando todos os recursos regimentais de que dispunham, mas a "operação padrão" — assim definida pelo líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas —, iniciada há uma semana, esgotou-se às 18h18.

Assim que o painel eletrônico instalado no plenário mostrou a vitória dos cinco anos, os deputados Francisco Kuster (PMDB-SC) e Moema São Thiago (PDT-CE) estenderam uma faixa de protesto ("5 anos — Traição ao Povo") em frente à Mesa do Congresso constituinte.

Os estudantes que estavam nas galerias aplaudiram, mas a segurança começou a puxar a faixa com força, quase derrubando Moema, que estava agachada. Em poucos instantes a faixa foi rasgada e o deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP), cincoanista, a recolheu.

15 de março

O texto aprovado resultou de uma fusão de emendas dos deputados Matheus Iensen (PMDB-PR), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Basílio Villani (PMDB-PR). Ela estabelece que o mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1990 (a nova Constituição estabelece que os mandatos dos futuros presidentes terminarão no dia 1º de janeiro). O texto estabelece também que a eleição do sucessor de Sarney será realizada no dia 15 de novembro do ano que vem e que os mandatos dos governadores eleitos em 15 de novembro de 86 terminarão em 15 de março de 1991.

Foram realizadas duas sessões. A primeira, iniciada às 9h, deveria ter sido encerrada às 13h, mas foi prorrogada até as 14h30 por força de requerimento do líder do PFL, José Lourenço (BA). A sessão seguinte começou às 16h10, encerrando-se imediatamente após a definição do mandato de Sarney.

"Postos avulsos"

Durante as duas sessões, a liderança do PMDB e os partidos de esquerda travaram uma verdadeira batalha com os líderes do Centrão, numa tentativa de adiar ao máximo a votação. Primeiro, tentaram impedir que a sessão matutina fosse prorrogada. Como o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu colocar o requerimento de José Lourenço em votação, a maioria dos quatroanistas não votou nas suas cadeiras, formando uma enorme fila para votar nos "postos avulsos".

A votação do requerimento demorou 40 minutos. Além de não terem votado nas suas cadeiras, os quatroanistas interromperam a todo instante a votação dos "postos avulsos", para assistir as discussões que se travavam ao seu redor. Quando a prorrogação terminou, às 14h30, os cincoanistas pretendiam "emendá-la" com a sessão seguinte, marcada para o mesmo horário. O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), insistiu em que ela deveria ser encerrada, para sua ata fosse elaborada e lida na sessão seguinte. Ulysses concordou.

Quando a sessão vespertina começou, às 16h10, Ulysses anunciou a votação da emenda dos cinco anos, mas foi interrompido por José Genoino (PT-SP), que exigiu o horário de praxe para o chamado pequeno expediente (discursos rápidos sobre temas variados). Ulysses concordou mais uma vez e se retirou do plenário, voltando às 17h para o início da votação.

Resistência quatroanista

A resistência dos quatroanistas não terminou. Brandão Monteiro, José Genoino e Mário Covas levantaram impedimentos regimentais para a votação da fusão de emendas. A principal questão foi levantada por Covas, para quem a fusão introduzia um assunto novo nas "Disposições Transitórias" (o texto do Centrão, que serve de base para a votação, não menciona o mandato do presidente), por isto deveria receber o mesmo tratamento de uma emenda aditiva. As emendas aditivas são votadas sempre no final. Neste caso, o mandato deveria ser votado apenas depois de aprovadas todas as "Disposições Transitórias". Ulysses rejeitou o argumento.

Ulysses deu a palavra a Matheus Iensen, que começou a discursar ao mesmo tempo em que Genoino ainda tentava invocar o regimento, num gesto quase desesperado. Matheus Iensen disse que sua emenda tinha o propósito de garantir a Sarney o período necessário para que conclua a transição. O quatroanista Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), que falou a seguir, disse que a definição do mandato não era essencial para a nova Constituição, mas que iria estigmatizar todo o texto. Para ele, a maioria dos parlamentares "quer ter um comportamento cínico e de escárnio para com a opinião pública".

O líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), disse que os cinco anos se justificavam até pelo clima de liberdade que reinava no plenário. Aos que haviam invocado o "passado de lutas" do PMDB, respondeu que o partido foi beneficiário da ação do atual governo quando elegeu 22 governadores, 300 deputados e senadores e indicou 17 ministros.